



ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS – ESTADO DE MINAS GERAIS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 84/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 190/2024

O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento e gerenciamento de Cartão-Alimentação, por meio de Cartão Eletrônico/Magnético com chip de segurança e senha individual, destinado à aquisição de gêneros alimentícios para os servidores da Prefeitura Municipal de Paraisópolis/MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, neste Edital e nos seus anexos

O 2 PLUS CARD INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº: 02.976.530/0001-03, com sede à Rua: Washington Luiz, nº 1010 – Bairro: Vila Bom Gosto, na comarca de Aguaí-SP, CEP: 138863-024, empresa devidamente qualificada nos autos do processo licitatório em epígrafe, vem através de seu bastante procurador infra-assinado, em momento oportuno, apresentar:

**IMPUGNAÇÃO AO RECURSO ADMINISTRATIVO**

interposto pela licitante:

**VEROCHEQUE REFEIÇÕES LTDA.**

Pelos motivos de fato e de direito expostos a seguir:

**PRELIMINARMENTE**

**BREVE SÍNTESE**



Trata-se de RECURSO ADMINISTRATIVO, o qual a RECORRIDA participou da presente **OPORTUNIDADE**, cujo objeto consiste na Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento e gerenciamento de Cartão-Alimentação, por meio de Cartão Eletrônico/Magnético com chip de segurança e senha individual, destinado à aquisição de gêneros alimentícios para os servidores da Prefeitura Municipal de Paraisópolis/MG

Uma vez considerada vencedora do certame por ter apresentado **a proposta mais vantajosa ao ente público**, passou-se a verificação do cumprimento das exigências de habilitação.

Após análise criteriosa a luz do instrumento convocatório o pregoeiro decidiu por sua correta habilitação, sendo aberto nesse momento a oportunidade de apresentação de recurso por parte das licitantes participantes do presente processo.

Srs. Licitantes, verificada a documentação para fins habilitatórios, a empresa **O² PLUS CARD INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS** foi considerada habilitada.

Dando seguimento aos demais atos procedimentais.

Para o item 0001 foi habilitado e declarado vencedor o fornecedor **O 2 PLUS CARD INSTITUICAO DE PAGAMENTOS LTDA**.

Ocorre que, com a pretensão somente de tumultuar o certame, a empresa **VEROCHEQUE REFEIÇÕES LTDA**, interpôs RECURSO ADMINISTRATIVO SEM QUALQUER FUNDAMENTAÇÃO ACEITAVEL.

Inclusive está é uma prática reiterada dessa licitante que tenta sem sucesso, inabilitar empresa apta a prestar o serviço licitado.

**O APONTAMENTO REALIZADO NO RECURSO INTERPOSTO CONSISTE NO SEGUINTE:**

**1 – SUPOSTA INEXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA OFERTADA.**

### **DO MÉRITO**

“Ab initio” cumpre ressaltar que a empresa **O 2 PLUS**, situa-se como uma importante empresa no segmento CARTÕES DE BENEFÍCIO.

Tudo que representa a **O 2 PLUS** pode ser resumida em uma única palavra: confiança.

**O² PLUS CARD INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS LTDA CNPJ 02.976.530/0001-03**

**Rua Washington Luiz, nº 1010, Vila Bom gosto, Aguaí, Estado de São Paulo, CEP: 13.863.024**



Um requisito fundamental para quem oferece produtos destinados a área da alimentação.

Produz e distribui serviço de alta qualidade, atendendo aos mais rigorosos padrões de exigências, igualando-se ao que existe de melhor no mercado.

Para isso, a **O 2 PLUS** busca constante aprimoramento através de contínuos investimentos em tecnologia e profissionais especializados, com a missão de garantir a qualidade na sua prestação de serviço.

No seu compromisso de oferecer qualidade, a **O 2 PLUS** possui ampla estrutura além de contar também com logística capacitada para atender de forma rápida e eficiente.

Desta forma, destacamos também que atuamos em certames públicos, sendo experiente em procedimentos licitatórios organizados pela Administração Pública, seja direta ou indireta.

No âmbito das compras governamentais, a empresa **O 2 PLUS** possui como missão garantir o cumprimento da lei e dos princípios vinculados aos procedimentos licitatórios, pois somente desta forma garantiremos a legalidade e lisura de todo processo.

E FOI EXATAMENTE O QUE OCORREU NO PRESENTE PROCEDIMENTO, VEJAMOS:

#### **DAS RAZÕES PARA MANUTENÇÃO DA DECISÃO PROFERIDA PELO ILUSTRE PREGOEIRO**

Inicialmente oportuno dizer que “A licitação é um procedimento administrativo vinculado por meio do qual os entes da Administração Pública e aqueles por ela controlados **selecionam a melhor proposta** entre as oferecidas pelos vários interessados, com dois objetivos:

- . A celebração de contrato, ou
- . A obtenção do melhor trabalho técnico, artístico ou científico.

Para desenvolver tal mister, temos a figura do pregoeiro e sua equipe de apoio, segundo o qual, para efeitos da aplicação da lei, tem por função essencial o recebimento, **o exame e o julgamento de todos os documentos e procedimentos relativos aos certames licitatórios e ao cadastramento de licitantes.**



Em consonância com a missão acima atribuída AO PREGOEIRO E SUA EQUIPE DE APOIO, de rigor **ENALTECER** o seu conhecimento técnico, pois todo o procedimento foi perfeitamente conduzido respeitando o instrumento convocatório.

Sendo assim, a decisão proferida **NÃO MERECE QUALQUER RETOQUE OU REPARO**, visto que está cabalmente amparada pelos mais sólidos fundamentos técnicos e jurídicos proferidos.

Além disso, possui lastro nos princípios da LEGALIDADE, ISONOMIA, IMPESSOALIDADE, MORALIDADE E PROIBIDADE ADMINISTRATIVA, todos inerentes as compras públicas.

Tamanha a responsabilidade e importância das funções desempenhadas pela pregoeira, **foram concluídas com maestria na presente decisão que declarou habilitada a empresa ora recorrida.**

Nesta linha de entendimento é de rigor pela improcedência total do recurso apresentado com a manutenção da decisão de CLASSIFICAÇÃO/HABILITAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL da ora recorrida.

A intenção deste esclarecimento inicial foi de RECONHECER todo o trabalho transparente do pregoeiro e sua equipe de apoio na condução deste processo.

Decisão está pautada na legalidade e totalmente amparada nos princípios administrativos, em especial ao princípio da ampla competitividade, o qual trará benefícios aos cofres públicos municipais, **AO GARANTIR O PREÇO MAIS VANTAJOSO.**

Demais disso, buscamos também apontar a fragilidade das alegações e argumentos constantes das razões recursais da licitante acima descrita, que busca **a mudança do resultado meramente por interesses pessoais.**



A empresa recorrente utiliza-se de tese INFUNDADA para tentar desclassificar licitante APTA a prestar o presente serviço, EM TOTAL AFRONTA AO PRINCÍPIO DA AMPLA COMPETITIVIDADE E DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.

Diante disso, é inaceitável qualquer alteração do resultado proferido, que caso aceito irá FERIR DE MORTE TOTALMENTE A LEGALIDADE E TRANSPARÊNCIA DA PRESENTE LICITAÇÃO.

Incabível a impetração de recurso administrativo no caso em tela, pois ao analisar o conteúdo de plano já identificamos a inexistência do direito líquido e certo.

Como se sabe, não basta que o direito invocado exista, ele tem de ser líquido e certo, ou seja, ele deve ser um direito evidente de imediato, insuscetível de controvérsia, reconhecível sem demora.

A prova é pré-constituída, não importando que a questão de direito seja difícil e intrincada.

“Não é possível trabalhar à base de presunções”. (STJ, 2ª Turma, RMS 929-SE, rel. min. José de Jesus Filho, j. 20.05.91, negaram provimento, v.u., DJU 24.06.91, p. 8.623, 2ª col.).

No caso deste RECURSO, o direito alegado não é um direito líquido e certo.

Inclusive o próprio recurso menciona a palavra “INDÍCIOS” quando direciona as suas acusações infundadas.

Não podemos trabalhar com suposições.

O ONUS DA DE PROVAR É DE QUEM ALEGA.

Na mesma linha, pede-se vênica para transcrever os dizeres de Pontes de Miranda:



“Direito líquido e certo é aquele que **NÃO DESPERTA DÚVIDA**, que está **ISENTO DE OBSCURIDADES**, que não precisa ser aclarado com o exame de provas em dilações; **QUE É, DE SI MESMO, CONCLUDENTE E INCONCUSSO.**”

Na hipótese, conforme dito alhures, é evidente a ausência de demonstração de direito líquido da recorrente, tampouco sua violação pela recorrida, pois, tal como amplamente demonstrado, não restou comprovado qualquer descumprimento.

**DO INTEGRAL CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO POR PARTE DA EMPRESA O 2 PLUS CARD INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS LTDA**

**• DA ALEGADA INEXEQUIBILIDADE:**

A proposta obedeceu fielmente ao princípio da vinculação ao instrumento o qual cumpriu integralmente os ditames editalícios, bem como alcançou o objetivo principal dos procedimentos licitatórios que é a contratação da oferta mais vantajosa.

Sabe-se, que a licitação é um procedimento administrativo e prévio usado para a contratação com o poder público.

Por meio dela o poder público tenta garantir **o melhor contrato possível** e a participação dos administrados.

Sendo um procedimento, compõe-se de uma sucessão de atos preparatórios para o ato final objetivado pela Administração Pública, “a contratação”.

Todos estes atos foram fielmente cumpridos com lisura e transparência, o qual refletiu na melhor contratação aos cofres públicos.



E como se não bastasse a conclusão deste processo com a proposta que reflete a melhor contratação por parte do ente municipal, se faz necessário consignar que a declaração de inexequibilidade de uma proposta comercial pela Administração Pública somente é possível em hipóteses muito restritas.

Ou seja, **a regra é a exequibilidade da proposta**, sendo exceção a inexequibilidade, admitida somente quando restar amplamente comprovado a impossibilidade da licitante em executar o contratado.

### **O que não é o caso!!!**

A empresa recorrente apresenta sua tese com as informações que lhe beneficia, o que de fato não reflete a realidade.

Faz uma exposição muito simplista sobre o funcionamento das empresas que operam nesse segmento, tentando levar o nobre julgador a erro.

Afirma que a empresa tem uma única receita referente a taxa do estabelecimento credenciado, O QUE PASSA LONGE DE SER VERDADE.

Ademais, cumpre esclarecer que o particular é responsável por sua proposta no que diz respeito a plena possibilidade de executar os serviços licitados, declarando inclusive que cumprirá com todas suas obrigações em estrita consonância com o instrumento convocatório e o futuro contrato administrativo, SOB PENA DE SOFRER severas penalidades previstas na Lei de Licitações.

Em outras palavras, à luz da doutrina e da Jurisprudência do Direito Administrativo, conforme adiante restará amplamente demonstrado, a presunção de inexequibilidade é **relativa** e não absoluta.





Nesta mesma toada, o ilustre professor Marçal Justen Filho define:

*“a desclassificação por inexecuibilidade apenas pode ser admitida como exceção, em hipóteses muito restritas. O núcleo da concepção ora adotada reside na impossibilidade de o Estado transformar-se em fiscal da lucratividade privada e na plena admissibilidade de propostas deficitárias... A questão fundamental não reside no valor da proposta, por mais ínfimo que o seja o problema é a impossibilidade de o licitante executar aquilo que ofertou”* (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 14ª ed. São Paulo: Dialética, 2010, p. 653).

A recorrente não logrou êxito em demonstrar que o percentual ofertado pela recorrida é inexecuível (Fantasioso), até mesmo porque este patamar de percentual é muito normal nesse tipo de segmento.

Suas alegações e suposições estão diretamente ligadas a fatos controversos, pois estão estritamente ligados ao desempenho da empresa na gestão dos seus negócios, SENDO ASSIM IMPOSSIVEL CONSIDERAR AS INFORMAÇÕES TRAZIDAS PELA RECORRENTE, LOGO SEU PLEITO NÃO POSSUI QUALQUER FUNDAMENTO LEGAL.

**A TESE APRESENTADA PELA EMPRESA RECORRENTE NO SENTIDO DE QUE A PROPOSTA VENCEDORA É INEXEQUIVEL, SOMENTE DEMONSTRA QUE ELA MESMA DESCONHECE TOTALMENTE O SEGMENTO QUE ATUA** ou apenas finge que não conhece para omitir informações em seu benefício.

**Nesse tipo de segmento A TAXA JUNTO AO ESTABELECIMENTO CREDENCIADO NÃO É A ÚNICA RECEITA DA OPERADORA**, que através de sua expertise possui outras fontes como por exemplo taxa de antecipação e as receitas advindas de investimentos dos recursos em sua posse.





Os recursos recebidos dos seus clientes são reembolsados em momento posterior o que possibilita a operadora a ter lucro com o “float” bancário.

“O **float bancário** é uma prática muito comum em instituições financeiras que descontam cheques e boletos bancários, cujo termo é chamado de **float** de cobranças. **Esse processo consiste no banco recebendo o valor de um boleto de cobrança, porém ele retém esse valor por alguns dias antes de repassar ao portador.**

O Float bancário é exatamente o que acontece com empresas do nosso segmento, que recebe em um período menor do que aquele que repassa ao portador, possibilitando o excelente incremento de receita.

Ou seja, a taxa apresentada é totalmente exequível em função de receitas acessórias deste segmento, O QUE POSSIBILITOU A TAXA OFERTADA SEM FERIR O EDITAL E COM A PLENA POSSIBILIDADE DE CUMPRIMENTO.

Tanto é que a doutrina e jurisprudência dos tribunais superiores reconhecem que a presunção, neste caso, é relativa.

Além disso, nos termos do entendimento consagrado pelo C. Superior Tribunal de Justiça, o artigo 48 da Lei de Licitações não pode ser interpretado de maneira rígida:

“RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PROPOSTA INEXEQUÍVEL. ART. 48, I E II, § 1º, DA LEI 8.666/93. PRESUNÇÃO RELATIVA. POSSIBILIDADE DE COMPROVAÇÃO PELO LICITANTE DA EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA. RECURSO DESPROVIDO.



1. A questão controvertida consiste em saber se o não atendimento dos critérios objetivos previstos no art. 48, I e II, § 1º, a e b, da Lei 8.666/93 para fins de análise do caráter exequível/inexequível da proposta apresentada em procedimento licitatório gera presunção absoluta ou relativa de inexequibilidade.

2. A licitação visa a selecionar a proposta mais vantajosa à Administração Pública, de maneira que **a inexequibilidade prevista no mencionado art. 48 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos não pode ser avaliada de forma absoluta e rígida. Ao contrário, deve ser examinada em cada caso, averiguando-se se a proposta apresentada, embora enquadrada em alguma das hipóteses de inexequibilidade, pode ser, concretamente, executada pelo proponente.**

Corroborando com o exposto, decidiu o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

“MANDADO DE SEGURANÇA - Licitação – Concorrência Pública nº 01/03 a fim de contratar serviços funerários e tanatopraxia - **Pretensão da empresa vencida à suspensão da adjudicação e contrato da vencedora, sob a alegação de que esta ofereceu preços manifestamente inexequíveis**, incompatíveis com o mercado, em violação aos artigos 44, § 3º e 48, II, ambos da Lei nº 8.666/93 e inobservância à cláusula 6.4 do Edital - Inexistência de demonstração do direito líquido e certo - Ademais, questão que dependia de dilação probatória, não admitida em mandado de segurança - **Sentença de improcedência - Recurso não provido (...)**

Todas as informações apresentadas pela recorrente, baseiam-se em cálculo aritmético unilateral e sem qualquer lastro probatório que pudesse evidenciar o não adimplemento do objeto licitado.



A recorrente não trouxe nenhum elemento que comprovasse que efetivamente tal proposta não é passível de execução, tampouco demonstrou o descumprimento das exigências do edital.

Tudo que alega está diretamente ligado ao desempenho comercial de cada empresa **E PIOR OMITE INFORMAÇÕES IMPORTANTES.**

O simples fato da proposta apresentada pela empresa recorrente ser menos vantajosa ao que foi apresentada pela recorrida não significa que a proposta é inexequível.

Na realidade, pretende a desclassificação da empresa que apresentou a proposta mais vantajosa à Administração única e exclusivamente porque não logrou vencedora neste certame.

Constata-se, que a alegação de inexequibilidade da proposta não tem lastro probatório suficiente nos autos.

De fato, uma fundamentação equivocada.

Pois mais uma vez destacamos: TUDO QUE ALEGA O FAZ COM BASE EM PRESUNÇÕES E ACHISMOS.

De rigor, portanto, a improcedência desse RECURSO.

#### DA CONCLUSÃO

Como podemos perceber, o presente recurso não possui qualquer fundamento jurídico plausível, POIS SE TRATA MUITO MAIS DA TENTATIVA DESESPERADA DA RECORRENTE IMPÔR AS SUAS REGRAS em total detrimento do que dispôs o edital de licitação.

Acima, rebatemos o apontamento realizado bem como sua fragilidade ante o exposto no edital.

Como já dito, o edital de licitação é a lei interna da licitação, devendo ser seguido na íntegra NÃO CABENDO NENHUM TIPO DE INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA.



O QUE NÃO TEM NO EDITAL NÃO PODE SER EXIGIDO DO LICITANTE.

Tal premissa foi estritamente seguida pelo pregoeiro, o que culminou com a correta habilitação da recorrida.

E não somente isso, o recurso versa sobre suposições, ou seja, é permeado do início ao fim de “ACHISMOS” O QUE JAMAIS PODE SER ADMITIDO EM UMA LICITAÇÃO QUE DEVE SEGUIR COM UM JULGAMENTO OBJETIVO.

A recorrente se utiliza do seu direito de recurso de forma abusiva, adotando uma estratégia de tentar induzir a erro os julgadores e inabilitar empresas aptas a prestarem os serviços licitados.

Tudo isso em total prejuízo aos cofres públicos.

Essas atitudes de abuso de direitos processuais, no caso o direito recursal, ferem não apenas o princípio da boa-fé processual, mas outros princípios que são supedâneos do sistema processual brasileiro, como os princípios da ampla defesa, da eficiência, da duração razoável do processo e da efetividade.

Em evidente má-fé processual.

Por fim, ante tudo exposto, resta comprovado o discurso vazio e sem fundamento utilizado pela recorrente em sua peça recursal.

Peça essa utilizada de forma distorcida e fora dos objetivos a que se presta.

Atuando nesse processo com caráter nitidamente protelatório e temerário, pois seus objetivos pessoais ensejam em prejuízos aos cofres públicos.

Conforme já dito anteriormente, a recorrente participa de processo SEM QUALQUER PRESTÍGIO A AMPLA COMPETITIVIDADE E A ECONOMIA AOS COFRES PÚBLICOS e se utiliza de tão nobre instituto jurídico, somente para levar inverdade e tentar induzir os nobres julgadores a erro.

Faz interpretações inexistentes e restritivas com relação ao texto legal, fomentando a restritividade e o formalismo exacerbado, tudo com o objetivo de alijar dos certames, empresa aptas a prestarem o serviço licitado.

Sua atuação é maliciosa e irresponsável, pois faz acusações sem respaldo e distorcidas da verdade.

Logo resta comprovado que a recorrida atendeu plenamente o presente processo em todos os cenários.

#### **DO PEDIDO**

Finalmente e depois de tudo exposto, CLAMANDO PELA OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS, EM ESPECIAL AO PRINCÍPIO DA COMPETITIVIDADE, DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DO JULGAMENTO OBJETIVO, SOLICITAMOS A **TOTAL**



IMPROCEDÊNCIA DO RECURSO APRESENTADO PELA EMPRESA BPF CARTÕES LTDA, para assim  
então MANTER A DECISÃO QUE HABILITOU/CLASSIFICOU A LICITANTE **O 2 PLUS CARD INSTITUIÇÃO  
DE PAGAMENTOS LTDA.**

Termos em que

pede deferimento.

Mogi Mirim, 18 de dezembro de 2024

**O 2 PLUS CARD INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS LTDA.**

